

PENSANDO EM NADA: ANÁLISE DAS NEGAÇÕES DO PORTUGUÊS ARCAICO

Raquel de Fátima Cruz OLIVEIRA¹

RESUMO: Neste trabalho, pretendo analisar as negações do período primordial dos escritos portugueses: o português arcaico. Excetuando os estudos de Mattos e Silva, aqui no Brasil os demais acerca desse período são bastante tímidos e, quando se procura saber mais sobre as negações da época, pequenina é a bibliografia encontrada. Com o intuito de preencher essa lacuna, pois, é que nasceu este estudo. E uma vez tendo nascido, se deparou com uma lacuna ainda maior: para onde foi a palavra *rem*, herdada do latim *res* e que teve seu significado mudado de “coisa” para “nada”, não subsistindo, porém, no português? Temos *res* na língua galega, mas por que não temos *res* na língua portuguesa se, no período aqui estudado, elas se fazem uma? Utilizando os estudos sobre gramaticalização, tenciono analisar alguns textos literários e não-literários da época, visando encontrar o elo perdido entre *rem* e *nada*.

Palavras-chave: Linguística Histórica; Gramaticalização; português arcaico; negação.

ABSTRACT: In this study I intend to analyze the negations of the incipient Portuguese's manuscript: Archaic Portuguese. Excepting for Mattos e Silva's studies, the further Brazilian studies about this period are not very ambitious and when we look for more information about negation in this period, the bibliography available is scarce. The study aims mainly to fill this gap and it was identified in its beginning a wider gap: where has the word *rem*, inherited from Latin *res*? And why has it had its meaning changed from “thing” to “nothing”, but has not subsiste in Portuguese? We have *res* in the Galician language, but why have we not *res* in the Portuguese language once in the period here studied, both words are one? Using the studies about grammaticalization, I intend to analyze literary and non-literary documents of the mentioned period aiming to find the missing link between *rem* and *nothing*.

Keywords: Historical Linguistics; Gramaticalization; Archaic Portuguese; negation.

1. O período galego-português

Iniciado no começo do século XIII², o português arcaico apresenta um sem número de características que, aos olhos dos lingüistas versados em estudar as épocas passadas, perfazem um tesouro de rico valor. Contudo, antes de dizer o porquê disso, cabe aqui delimitar esse período, subdividindo-o em dois períodos:

¹Mestranda em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo.

²Anterior a esse século encontramos o que os estudiosos chamam de “período pré-literário”, ou então, conforme nos coloca Mattos e Silva, [este] “é subdividido em pré-histórico, quando na documentação remanescente em latim ainda não se podem detectar traços da futura variante românica que se esboçava no noroeste da Península Ibérica; e em proto-histórico, em geral situado a partir do século IX, quando já esses traços poder ser detectados por especialistas em documentos escritos no tradicionalmente chamado latim bárbaro, isto é, latim notarial ou tabeliônico, veiculado na área românica antes das línguas românicas se tornarem línguas oficiais” (Mattos e Silva, 2006, p.21).

Período	Início – Século (ano)	Fim – Século (ano)
Galego-Português	XIII (1214)	XIV (1350)
Português Pré-Clássico	XIV (1351)	XVI (1536)

Esse quadro mostra o português arcaico como o período que se inicia em 1214, data possível para o surgimento do primeiro documento escrito nessa língua, o “Testamento de Afonso II”, e dura até 1536, data da publicação da primeira gramática da língua portuguesa, a de Fernão de Oliveira³.

Palco de intensas disputas territoriais, a região da Península Ibérica desde muito cedo se viu desejada por povos das mais diversas origens. Com a invasão dos árabes, no século VIII (período no qual a língua sofreu influência dos dialetos moçárabes⁴) houve o movimento de Reconquista, que empurrou os invasores para a região sul da península, deixando, pois, a região atual da Galícia com pouca influência linguística desses. No século XII, Portugal se separou da Galícia, mas o idioma falado nesta foi usado, por mais de três séculos, também na nação portuguesa. Foi nessa língua que a poética trovadoresca floresceu.

A legalização do português como língua oficial só veio no ano de 1290, por D. Dinis, e, mais tarde, houve o término da fase lírica com a morte do Conde de Barcelos, o último grande incentivador da lírica galego-portuguesa.

Após este período, teremos a fase lingüístico-literária pautada na prosa, cujo objetivo principal é o que legitimar e concentrar toda a nobreza em torno da ascendente dinastia: a casa de Avis (a partir de 1385). O novo gênero literário surgido é o da prosa doutrinária e, logo após, vêm as crônicas dos reis, de Fernão Lopes, que já denotam outra fase do português arcaico, a pré-clássica.

O período arcaico da língua portuguesa é marcado, pois, por diversos acontecimentos histórico-sociais, que repercutem no modo como a língua foi se firmando diante do quadro lingüístico mundial. E por se tratar de uma fase em que a normatividade ainda não se fez presente, havendo o registro, pois, das variações quanto ao falar das diversas regiões da Península Ibérica na qual está inserida, temos um vasto campo no qual nos embrenharmos para tentar encontrar nosso elo perdido. Mas que elo é esse?

³ Embora o século XVI seja dito como marco inicial de uma nova fase da língua, diz-nos Mattos e Silva que “um limite final para a fase arcaica a língua, com base em fatos lingüísticos, está à espera de que se estabeleça uma cronologia relativa para o desaparecimento de características lingüísticas que configuram o português antigo em oposição ao moderno” (Mattos e Silva, 2006, p.22).

⁴ “Dialetos românicos falados pelos cristãos que ficaram sob o domínio árabe, desde o século VIII e durante o processo de Reconquista (séculos XI ao XIII no ocidente peninsular)”(Mattos e Silva,2006:24).

2. As negações

Existem várias formas de negar alguma coisa nas línguas. Há a negação dita canônica, na qual apenas um elemento com valor semântico negativo figura na sentença. Há a dupla negação, muito usada na fala das línguas modernas e também no português arcaico⁵. No português arcaico, além desses dois tipos de negações, é possível encontrar também várias negações numa só oração, como em: “ca me fez ela mui gran coit’ aver, / de que jamais non será sabedor / nunca per min (...)”.

2.1 As palavras usadas para negação no português arcaico

Além dos tipos de negação, existem também aquelas palavras usadas na negação. No período arcaico da língua, as mais comuns são:

- *NON* (do latim *non*): partícula primordial e de maior uso no português arcaico, cujo significado é “não”. É muitas vezes usada em conjunto com outras negativas e acaba por se posicionar, na sentença galego-portuguesa antes do verbo e, quando da existência de um pronome proclítico átono, vem antes deste, como em: “No mundo non me sei parelha/ mentre me for’ como me vay,/ ca ja moiro por vos — e ¡ay/ mia senhor branca e vermelha”.
- *NEN* (do latim *nec*): também grafada como *nem* ou *ne*, significa “e não”, “também não” e vem sempre precedida por *non*: “E ben sei ca non dormiran, / mentr’ assi for’; nen é razon, / nen eu non perderei affan (...)”.
- *NUNCA* (do latim *nec* + *unquam*): encontrada também como *nũca*, *nũnca*, *nunqua* etc, podendo vir ou não acompanhada de outra negação na sentença: “E nunca meus olhos veran / con que folgu’ o meu coração.”
- *NULHA* (do latim *nullus*, *a*, *um*): significa “nenhum(a)”: Nulh’ ome non pode saber/ mia fazenda per neun sen, /ca non ous’ eu per ren dizer/ a que m’en grave coita ten. “e non meor, per nulha maneira”.
- *REM* (do latim *res*): seu primeiro significado é “coisa”, “fato” e foi uma das poucas

⁵ No latim clássico, quando havia uma dupla negação, havia, na realidade, uma afirmação.

palavras que conservou o -m (do caso acusativo) para a posteridade. Grafada também como *rrem*, *re* etc, deixou de ser usado em português antes do tempo do cronista Fernão Lopes (século XV). Com sentido de “coisa nenhuma”, “nada” quando posposta a uma partícula negativa (*non...rem*; *nunca...rem*; *nulha rem* etc): “ca non ous’ eu per ren dizer / a que m’ en grave coita tem.” e “Con tal senhor fui emprender / a que non ouso dizer ren”.

2.2 Pensando em nada

Ao me atentar para o estudo das negações presentes, principalmente, nas cantigas do português arcaico, deparemei-me com a partícula *rem*, aqui herdada do caso acusativo do substantivo *res* (coisa) do latim e que, quando aparece seguida de outra partícula negativa, como *nulha*, por exemplo, acaba por significar *nada*.

Os exemplos abaixo atestam os dois significados que *rem* pode adquirir, a depender do contexto em que está inserido:

“((Pero Gomes Barroso))

Do que sabia **nulha rem nom** sei,
 polo mundo, que vej’ assi andar;
 e quand’ i cuido, hei log’ a cuidar,
 per boa fé, o que nunca cuidei:
 ((V5)) ca vej’ agora o que nunca vi
 e ouço cousas que nunca oí.
 ((V 592-593))

((Paio Soares de Taveirós))

E sempre serviç’ e amor
 eu a meu linhagem farei:
 ((V10)) entanto com’ eu vivo for,
 esta parenta servirei,
 que quero melhor d’ outra **rem**;
 e muito serviç’ em mi tem,
 se eu poder - e poderei.
 ((A 37))”

Na primeira cantiga, vemos claramente *rem* funcionando como *nada* e, na segunda temos seu significado como *coisa* (ambos os trechos retirados do *Corpus Informatizado do*

*Português Medieval*⁶).

Ora, *rem*, significando “nada”, provém da expressão latina *res nata*, tendo como significado primeiro “coisa nenhuma”⁷. Por ter sido muito tempo usado em conjunto com negativas, *rem* acabou adquirindo “carga” negativa, até vir a significar, por si só, “nada” em línguas como o galego (*rem*), o francês (*rien*) e o catalão moderno (*res*). Entretanto, no espanhol tal partícula era pouco usada já na sua fase arcaica, segundo nos atesta Casagrande (1973), e no português acabou desaparecendo já antes dos tempos do cronista Fernão Lopes (Kroll, 1952, p.02).

Em qual período da língua portuguesa o *rem* se perdeu? Por que a preferência por *nada* em detrimento de *rem*? Muito usado no português arcaico, como se deu sua saída do palco lingüístico?

Os estudos que visam analisar as negações dessa época da língua portuguesa ainda são bastante tímidos. Muito se tem falado acerca do enfraquecimento de uma das partículas negativas nas construções de dupla negação no português atual, mas pouco (ou até mesmo nada) se tem dito em relação a esse período lingüístico tão rico e precioso como é o do nascimento da nossa língua escrita. Como nos coloca Mattos e Silva, “os problemas da história presente são muito mais urgentes de serem equacionados e explicados do que os da história pregressa” (Mattos e Silva, 2006, p.16). Contudo, continua ela, “nada, ou quase nada, nas línguas se perde, tudo se transforma e é observando o passado que se podem recuperar surpresas que o presente, com frequência, nos faz” (op.cit).

Casagrande, em sua tese sobre a negação no português arcaico, faz um pedido: “Queira Deus que pesquisadores lancem bons olhos para estas questiúnculas relacionadas ao sistema da negação do português!” (Casagrande, 1973, p.127). Quem sabe, por meio deste projeto, não lance eu um olhar certo.

3. A Gramaticalização

3.1 Três momentos significativos

Segundo Módolo (2004), os estudos acerca da gramaticalização podem ser divididos

⁶ Disponível em <<http://cipm.fcsh.unl.pt/>>

⁷ cf. verbete do Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, de Cunha (2007). Também em Kroll, “Otro indefinido negativo de gran rareza es nada cosa, forma precursora del simple nada, de al cual un ejemplo, nata causa, en un documento leónes del siglo X; todavia en el XV tenia algún uso” (Pidal, 1950, §69,3 apud Kroll, 1952, p. 01, nota 1): Outro indefinido negativo bastante raro é nada cosa, forma precursora do simples nada, do qual um exemplo, nata causa, em um documento leonês do século X; ainda no século XV detinha algum uso. (tradução minha).

em três momentos significativos, a saber: (i) quando o léxico alimenta a gramática, (ii) quando a pragmática alimenta a gramática e (iii) quando a semântica alimenta a gramática.

No primeiro momento temos Meillet, considerado o pioneiro dos estudos acerca da gramaticalização, em 1912 a define como sendo a passagem de uma palavra tida como autônoma até que esta venha a ser considerada um elemento gramatical (Meillet, 1912, p.131 *apud* Lima-Hernandes, 2005, p.21), ou seja, uma palavra que tenha seu sentido pleno (seja ela nome, verbo ou adjetivo) passa para a função de elemento gramatical (preposição, advérbio), podendo, no futuro, vir a se tornar até um afixo. Uma palavra que sofre esse processo acaba por perder suas propriedades, se tornando mais abstrata (Módolo, 2004, p.87)⁸. Para o autor, a gramaticalização é instrumento da linguística histórica, para a qual serve para contar as origens e na pesquisa etimológica e evolutiva das palavras.

Já no segundo momento, Talmy Givón que, em *On Understanding grammar* (1979), apresenta o discurso como motivador das mudanças lingüísticas. Para o autor, pautado na biologia, a linguagem humana tem caráter funcional e evolutivo, uma vez que a cognição e a comunicação se iniciam e se transformam dentro de um contexto sócio-cultural complexo que exigem, desse modo, “*códigos comunicativos cada vez mais complexos*” (Costa, 1995, p.10). E, na luta pela sobrevivência, vence aquele que detiver toda a complexidade necessária.

Jespersen também vê a linguagem como essencialmente humana, relacionada às atividades desempenhadas, uma vez que um indivíduo precisa entender e se fazer entender pelo seu próximo (Jespersen, 1924 *apud* Costa, 1995, p.10).

As mudanças nas línguas ocorrerem, então, dessa necessidade de compreensão do outro e estruturas advindas do discurso (menos rígidas, por conseguinte) que, com o passar do tempo, constituem a parte sintaticamente gramaticalizadas (mais rígidas)⁹.

E no terceiro momento, aparecem em cena Heine, Claudi e Hünemeyer, no livro *Gramaticalization: a conceptual framework* (1991). Para eles, são dois os processos envolvidos na mudança de significado de uma palavra: a metáfora e a metonímia, ambas se completando: na metáfora, ocorre uma transferência conceitual, em que um conceito mais concreto é utilizado para explicar ou descrever um conceito mais abstrato, o que acaba por aproximar domínios cognitivos diferentes; e na metonímia, de motivação pragmática, temos a

⁸ Não obstante, segundo Módolo, essa separação entre itens lexicais e itens gramaticais vem sendo contestada por “Ataliba Teixeira de Castilho em suas últimas pesquisas. Porque, mesmo ‘em estado de dicionário’, segundo Castilho, as palavras já dispõem de propriedades gramaticais, semânticas e discursivas” (Módolo, 2004, p.88).

⁹ Mais uma vez, aqui, Castilho diz que “qualquer item lexical contextualizado nos usos da língua preserva, ao mesmo tempo, suas propriedades sintáticas, discursivas e semânticas, sem que precisemos estabelecer correlações de precedência genética entre elas” (Castilho, 1997, p.58 *apud* Módolo, 2004, p.88), defesa que retomaremos mais tarde.

reanálise de uma estrutura segundo o contexto.

As diferenças entre ambos podem ser dadas da seguinte forma:

Metonímia	Metáfora
Nível sintagmático	Nível pragmático
Reanálise (abdução)	Analogia
Implicaturas conversacionais	Implicaturas conversacionais
Opera através da inter-relação sintática dos constituintes	Opera através de domínios conceptuais

(Bisang, 1998, p.16, *apud* Lima-Hernandes, 2005, p.25)

Segundo Martelotta,

a metáfora constitui um processo unidirecional de abstratização crescente, pelo qual conceitos que estão próximos da experiência humana são utilizados para expressar aquilo que é mais abstrato e, conseqüentemente, mas difícil de ser definido. A metonímia diz respeito aos processos de mudança ou mudança por contigüidade, no sentido de que são gerados no contexto sintático (Martelotta *et al.*, 1996, p.54)

e é a partir dessas duas ocorrências e da necessidade de se utilizar um conceito em prol do entendimento de outro que as mudanças se dão na língua, nesse terceiro momento.

3.2 A teoria multissistêmica

Em resumo, nos textos sobre gramaticalização a língua é postulada como uma combinação linear de itens separáveis. Isto acontece quando falamos ou quando escrevemos, mas fala e escrita são produtos lingüísticos, e a gramaticalização é o estudo do processo lingüístico e não do produto. Talvez as representações em linha possam se sustentar por um certo didatismo, mas seriam elas representações mais coerentes com a realidade lingüística? (Módolo, 2004, p.93)

Castilho adota a segmentação do processo de multissistemas, ou seja, para ele, “a língua deve ser tratada como um sistema complexo e integrado, cujas categorias estão nucleadas à volta do discurso, da gramática, da semântica e do léxico” (Gonçalves *et al.*, 2007, p.16).

Para Castilho, cada um desses sistemas “dispõe de categorias próprias. Situações de interface podem ocorrer, porém não implicam em derivação nem em subordinação” (Castilho,

2002, p.7-8 *apud* Gonçalves, 2007, p.26) e é sobre esse esquema que nossa mente deve operar para constituir produtos lingüísticos, os quais detém propriedades discursivas, semânticas e gramaticais, podendo, contudo, uma ser mais proeminente que a outra. Esse modo de pensar deixa de lado a problemática distinção entre item lexical e item gramatical. E por não terem os sistemas dependência entre si, o discurso não impulsionaria a criação de novos sentidos, como anteriormente exposto.

O léxico, por sua vez, seria “*um conjunto de categorias cognitivas prévias à enunciação, com base nas quais construímos os traços semânticos*” (Módolo, 2004, p.95).

Castilho entende por categorias cognitivas básicas, segundo Módolo, visão, objeto, espaço, tempo, movimento, etc, e os traços semânticos são criados a partir dessas, tal como contável e não-contável. A combinação das categorias e dos traços resultaria nos itens lexicais, “*realizados no dicionário da língua seja como um nome, um verbo, um adjetivo, um artigo, um advérbio, uma conjunção ou uma preposição*” (*op. cit.*), não determinando, desse modo, que um nome gere um advérbio.

Castilho adota, também, a idéia de léxico mental, muito utilizada na psicolingüística, uma vez que vê o léxico como um conjunto de traços semântico-cognitivos e como “*governado por um dispositivo sociolingüístico de caráter pré-verbal, por intermédio do qual o falante ativa, reativa e desativa as propriedades lexicais, dando origem às categorias discursivas, semânticas e gramaticais*” (Módolo, 2004, p.97).

Por ‘ativação’ ou ‘princípio de projeção pragmática’, temos a escolha mental de categorias cognitivas e traços semânticos agrupados nas palavras; por ‘reativação’ ou ‘princípio de correção’, temos o rearranjo das propriedades lexicais, visando uma retomada de construção do enunciado; e temos por ‘desativação’ ou ‘princípio do silêncio’, o abandono de propriedades e palavras que outrora estiveram ativadas. “*Esse princípio mostra que o silêncio é igualmente constitutivo da linguagem*” (Módolo, 2004, p.100). A fundamentação desses princípios está nas estratégias utilizadas pelos interlocutores durante os turno de fala, fazendo da conversação a manifestação discursiva por excelência¹⁰.

Cabe aqui ressaltar, como bem nos coloca Módolo, que esses princípios operam ao mesmo tempo e não seqüencialmente, o que torna inviável o princípio da unidirecionalidade.

4. O nada , a gramaticalização e a pretensão deste estudo

Em meio a tantos pensares, pretendo estudar, utilizando-me das idéias de

¹⁰ Cf. Gonçalves *et al.*, 2007, p.28.

gramaticalização, o processo pelo qual passou a partícula *rem* do português arcaico, nascida no latim com um significado diverso do encontrado nesse período, vindo a perder seu uso no português atual (pela preferência a *nada*), não obstante, permanecendo em algumas línguas românicas.

Muito embora “o conhecimento de qualquer estágio passado de qualquer língua – se ela é documentada por algum tipo de escrita ou de inscrição – é sempre fragmentado, porque fragmentário é o espólio de que dispõe o pesquisador” (Mattos e Silva, 2006, p.34), podemos dizer que temos, do português arcaico, um vasto *corpus*, contando com 1679 textos líricos catalogados em três cancioneiros, a saber: o Cancioneiro da Ajuda, do fim do século XIII, e os Cancioneiros da Biblioteca Nacional de Lisboa e o da Vaticana, do começo do século XVI, “embora descendentes de uma compilação de meados do século XIV” (Mattos e Silva, 2006, p.22), os quais nos apresentam os seguintes gêneros: cantigas de amigo, de amor e de escárnio ou maldizer. Também há muitos documentos em prosa não literária, como leis, testamentos e afins. E, por fim, temos também a prosa literária: hagiografias, a *Demanda do Santo Graa*”, *Livro de Linhagens* etc¹¹.

Dispondo, então, desse *corpus* e selecionando entre as inúmeras possibilidades cantigas de vários gêneros e também excertos de prosa, a fim de ampliar ao máximo a diversidade literária para enriquecimento da análise, procuro analisar a negação, o funcionamento da mesma, atentando-me, principalmente, para as ocorrências em que *rem* se fizer presente.

Os estudos acerca da gramaticalização me serão úteis uma vez que guiarão meu entendimento e observação para o processo que *rem* sofreu desde os primórdios dos escritos em português até o seu desaparecimento, ainda na época de Fernão Lopes (como dito anteriormente). A intenção, aqui, é optar por um dos estudiosos dessa área e seguir seus princípios, analisando e identificando as etapas de mudança pelas quais *rem* passou.

Cabe aqui, ainda, uma ressalva: assim como cita Casagrande em sua tese, não é o interesse, em um primeiro momento, estudar aqui a negação dita morfológica (manifesta com prefixo), mas sim, a negação ao nível sintático, “embora seja importante observar que o português medieval contém muitos vocábulos latinos com prefixo negativo e muitos outros formados no próprio idioma” (Casagrande, 1973, p.01).

¹¹ L. F. Lindley Cintra em seu “Les anciens textes portugais non-littéraires. Classement et bibliographie” dá-nos sua classificação dos textos não-literários do período arcaico português: “a ‘chartes’ (documentação notarial) reais; b. ‘chartes’ privadas; c. foros e forais (ou foro breves); d. leis gerais” (CINTRA, 1983, p.40-58 *apud* MATTOS E SILVA, 2006, p.38).

REFERÊNCIAS

CASAGRANDE, J. L. C. **Introdução ao estudo na negação em português arcaico**. Tese (Doutorado em Letras). FFCL/UNESP, São José do Rio Preto, 1973.

CORPUS INFORMATIZADO DO PORTUGUÊS MEDIEVAL. Disponível em <<http://cipm.fcsh.unl.pt/>>. Acesso em 10 de novembro de 2008.

COSTA, M. C. R. **Modalidade e Gramaticalização: Estratégias Discursivas na Fala Carioca**. Tese (Doutorado). UFRJ, Rio de Janeiro, 1995.

CUNHA, A. G. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.

GONÇALVES, S. C. L. et al. **Introdução à Gramaticalização: princípios teóricos e aplicação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

KROLL, H. Sobre nada e algumas expressões equivalentes em Português, in *Boletim de Filologia*. Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, tomo XIII, 1952. Disponível em: http://www.instituto-camoes.pt/cvc/bdc/lingua/boletimfilologia/13/pag1_19.pdf. Acesso em 14 de agosto de 2008.

LIMA-HERNANDEZ, M. C. P. **A interface sociolingüística/gramaticalização: estratificação de usos de tipo, feito, igual e como: sincronia e diacronia**. Tese (Doutorado). IEL/UNICAMP, Campinas, 2005.

MARTELOTTA, M.E.; VOTRE, S.J.; CEZARIO, M. M. O paradigma da gramaticalização. In: MARTELOTTA, M.E.; VOTRE, S.J.; CEZARIO, M. M. (orgs.) **Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

MATTOS E SILVA, R. V. **O Português Arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

MÓDOLO, M. **Gramaticalização das conjunções correlatas no Português**. Tese (Doutorado). FFLCH:USP, São Paulo, 2004.